

18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 07413
φ

LEI Nº. 1067/2013

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º. O orçamento do Município de Itarana, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art 165, da Constituição Federal, do art 4º da Lei Complementar e da Lei Orgânica Municipal, compreendendo


- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal,
- II - a organização e estrutura dos orçamentos,
- III - as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações,
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária,
- V - as disposições sobre a Dívida Pública Municipal,
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do município,
- VII - as disposições relativas às despesas com pessoal,
- VIII - as disposições finais

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

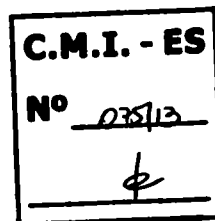
Art. 2º. Em obediência ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, esta lei definirá as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2014, estabelecidas no Anexo I que a integra esta lei, a ser definido no Plano Plurianual de 2014-2017, que será elaborado no corrente exercício, a vigorar a partir de 2014

Art. 3º. Em cumprimento ao disposto no art 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional

Pp 



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



Art. 4º. Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações

- I - Demonstrativo I Metas Anuais,
- II - Demonstrativo II Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior,
- III - Demonstrativo III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores,
- IV - Demonstrativo IV Evolução do Patrimônio Líquido,
- V - Demonstrativo V Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos,
- VI - Demonstrativo VI Avaliação da Situação Financeira e Atual do RPPS,
- VII - Demonstrativo VII Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita,
- VIII - Demonstrativo VIII Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município

CAPÍTULO II Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art 2º, e § 2º, do art 8º, ambos da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores

Art. 6º. Para efeito desta Lei, entende-se por

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual,
- II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo,
- III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das

C.M.I. - ES
Nº <u>026/13</u>
<u>4</u>

18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo,

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços,

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional

Art. 7º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação

Art. 8º. Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam

Parágrafo único. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal

- I - pessoal e encargos sociais,
- II - juros e encargos da dívida,
- III - outras despesas correntes,
- IV - investimentos,
- V - inversões financeiras,
- VI - amortização da dívida,
- VII - reserva de contingência

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações

Art. 9º. O orçamento do Município para o exercício de 2014 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art 1º, alínea "a" do inciso I, do art 4º e art 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



Art. 10. Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art 12 da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000

Art. 11. No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2014

Art. 12. O Poder Legislativo do Município de Itarana encaminhará ao Poder Executivo até 15 de outubro de 2013, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei da Proposta Orçamentária Anual

I - proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2013,

II - os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art 153 e nos arts 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art 29-A da Constituição Federal,

III - na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente

Art. 13. Na programação da despesa serão observadas

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos,

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art 167, da Constituição Federal e do art 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,



C.M.I. - ES
Nº <u>078/13</u>
<u>4</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

III - o município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 14. Os órgãos da Administração Indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2014 incorporados à proposta orçamentária do Município

Art. 15. Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal

Art. 16. A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observadas os limites estabelecidos pela mesma lei

Art. 17. O Poder Executivo destinará no mínimo 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadada durante o exercício de 2014, destinado as ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art 198 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 029/2000, e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art 212 da Constituição Federal

I - do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI),

II - do total das receitas de transferências recebidas da União (quota-parte do FPM, quota-parte do ITR, quota-parte de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir),

III - do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF,

IV - das receitas de transferências do Estado (quota-parte do ICMS, quota-parte do IPVA, quota-parte do IPI - exportação),

V - da receita da dívida ativa tributária de impostos,

VI - da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos

Handwritten signature



C.M.I. - ES
Nº <u>039/B</u>
<u>φ</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Art. 18. Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos,

II - as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais

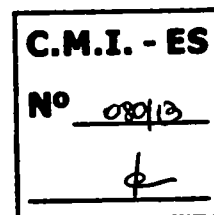
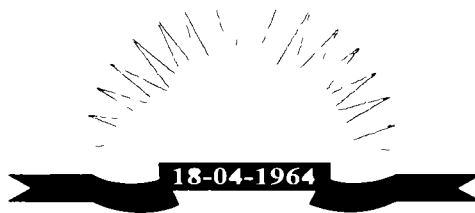
Art. 19. A dotação consignada para Reserva de Contingência será de no máximo 2,0% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para 2014

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea "b" do inciso III do art 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2014, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tornaram insuficientes

Art. 20. As Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento Municipal, poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2014 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, estendendo-se a presente alteração, inclusive, aos créditos adicionais suplementares

Art. 21 As modificações e os créditos suplementares a que se refere o artigo anterior deverão estar expressamente autorizadas na Lei Orçamentária Anual para 2014, em percentual de 30% (trinta por cento) do valor das despesas fixadas, as quais deverão ser abertas mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme art 42 da Lei Federal 4 320/64 e parecer consulta do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

TCE/ES nº 028 de 06 de julho de 2004, podendo as referidas modificações e créditos suplementares, serem abertos entre as unidades gestoras integrantes do orçamento consolidado do Município (NR)

Parágrafo único. Será considerado nulo de pleno direito, qualquer proposição realizada na Lei Orçamentária Anual de 2014, que vise reduzir o limite mínimo estabelecido neste artigo

Art. 22. O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária

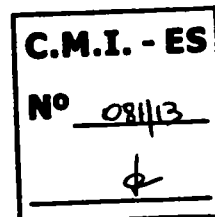
Art. 23. O Orçamento para exercício de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, conforme disposto no arts 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2014, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras

§ 1º. Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias,
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas,
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura,
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades,
- V - dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias

§ 2º. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com benefícios previdenciários,
- III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida,
- IV - as despesas com PASEP,
- V - as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais,
- VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal

§ 3º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo

§ 4º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira

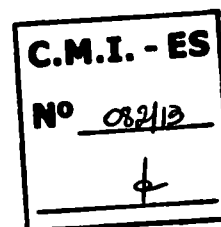
§ 5º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo

Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo

Art. 26. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes,
- II - se observado o limite estabelecido no inciso III do art 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,
- III - através de lei específica

Art. 27. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento



18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme previsto no § 5º do art 5º da LRF

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas de interesse social dos munícipes, com ou sem ônus para o Município

Art. 30. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada

§ 2º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio firmado

Art. 31. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art 45 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 32. As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 34. A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2014 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para



C.M.I. - ES
Nº <u>083/13</u>
<u>φ</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal

Art. 35. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo único do art 32, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

CAPÍTULO VI **Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município**

Art. 36. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

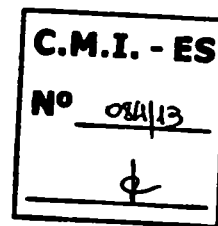
Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme dispõe o § 2º do art 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Parágrafo único Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Lei, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa (NR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



CAPÍTULO VII
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal

Art. 39. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e Administração Indireta, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2014 e em seus créditos adicionais

Art. 40. Ressalvada a hipótese do inciso X do art 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art 20, inciso V do Parágrafo único do art 22, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor

- I - eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores,
- II - eliminação das despesas com horas-extras,
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão,
- IV - dispensa de servidores admitidos em caráter temporário

Pf.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº <u>08513</u>
<i>[Handwritten signature]</i>

CAPÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 43. O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2014, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento

Art. 44. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000

Art. 45. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente

Art. 46. Caso o projeto de lei orçamentária de 2014 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante será executada, através de abertura de crédito especial ou suplementar, devidamente aprovado pela Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada. (NR)

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária

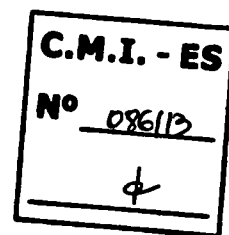
Art. 48. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2013, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme o disposto no § 2º do art 167, da Constituição Federal

Parágrafo único. Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores,

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos

Art. 49. Para fins do disposto no art 16, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art 24 da Lei nº 8 666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado

Art. 50. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo

Art. 51. A Lei Orçamentária discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art 100 da Constituição Federal

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradonia Jurídica do Município

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Gabinete do Prefeito do Município de Itarana/ES, 29 de novembro de 2013


ADEMÄR SCHNEIDER
Prefeito Municipal de Itarana

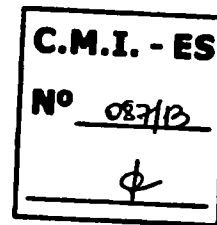
Publicada em 29 de novembro de 2013


Roselene Monteiro Zanetti
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Portaria Nº 002/2013





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2014

Especificamente no exercício corrente, o Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2014 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que aprovará o Plano Plurianual de 2014-2017 e demais alterações, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei